

Demonstrações Financeiras

Banco Société Générale Brasil S.A.

31 de dezembro de 2022

com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete   aprecia o de V.Sas., o Relatório de Administra o e as correspondentes Demonstra es Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro.   uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstra es financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 atingiu o valor de R\$ 1,65 bilhão (R\$ 1,54 bilhão em 31 de dezembro de 2021) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 37,33% (36,45% em 31 de dezembro de 2021) –  ndice alcançado de Basileia.

O banco apresentou um lucro de 85,8 milhões no exercício de 2022 (lucro de 42,7 milhões no exercício de 2021).

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolu o CMN n  4.945/21, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto   questão socioambiental e climática na condu o de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às institui es financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federa o Bancária Europeia (EBF) e da Federa o Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamenta o adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promo o gratuita da educa o, capacita o profissional, esporte, saúde, preserva o do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social encontra-se no endereço eletrônico do sitio no Brasil :
<https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e
<https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolu o CMN n  4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constituído em cumprimento   Resolu o CMN n  4.860/20) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situa es com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utiliza o do canal de comunica o podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

A Administra o do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedica o.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

Administradores

BEATRIZ LACAZ VIEIRA BROWN

MÁRIO MARCOS LOPES

AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD

EDUARDO YASUDA IRIE

ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL

Contador

LEANDRO DOS SANTOS - CRC - SP 262040/O-6

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstra es financeiras

31 de dezembro de 2022

 ndice

Relat�rio do auditor independente sobre as demonstra�es financeiras.....	1
Demonstra�es financeiras auditadas	
Balan�os patrimoniais	8
Demonstra�o do resultado	10
Demonstra�o do resultado abrangente	11
Demonstra�o das muta�es do patrim�nio l�quido.....	12
Demonstra�o dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas �s demonstra�es financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e aos Administradores do

Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Société Générale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Carteira de Câmbio

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio que, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, compreendem posições de operações de câmbio. Consideramos a carteira de câmbio um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no exercício.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como efetuamos testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de câmbio, de confirmação da existência, por meio de circularização, de testes relativos à análise da documentação em conjunto com o recálculo dos ativos e passivos das operações na data base do procedimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela Administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores

O Banco possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, conforme nota explicativa nº 7, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros derivativos a valor justo requer da Administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs observáveis e não observáveis de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise para uma amostra de operações de derivativos dos contratos, verificação da liquidação financeira e o envolvimento de especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores para nos auxiliar e suportar a avaliação das metodologias de precificação e premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº9 e 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$485.891 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$10.063 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.Ltda
CRC-SP034519/O



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC- SP301194/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Disponibilidades	5	90.411	178.242
Instrumentos financeiros		19.999.202	22.492.599
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	4.191.444	3.735.887
Títulos e valores mobiliários carteira de negociação	7	109.806	30.637
Títulos e valores mobiliários carteira de disponíveis para venda	7	752.754	1.221.933
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de disponíveis para venda		-	(147.585)
Instrumentos financeiros derivativos	7	510.145	345.257
Relações interfinanceiras		702	1.396
Negociação e intermediação de valores	8.a	32.270	-
Carteira de câmbio	11	14.053.382	16.600.662
Operações de crédito - setor privado	9.a	265.628	327.781
Operações de crédito - setor privado - outros créditos	9.a	83.071	376.631
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(10.063)	(8.853)
Ativo fiscal diferido	19.b	44.992	66.172
Outros ativos		559.140	563.727
Rendas a receber		1.131	1.315
Diversos	12.a	558.009	562.412
Investimentos		81.992	82.680
Participações em controladas	14	81.973	82.661
Outros investimentos		19	19
Ativo imobilizado		3.648	3.610
Imobilizado de uso		14.866	16.128
Depreciações		(11.218)	(12.518)
Total do ativo		20.769.322	23.378.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros		18.688.271	21.343.171
Depósitos	15	680.305	174.133
Captações no mercado aberto	16	459.810	61.305
Instrumentos financeiros derivativos	7	393.519	684.793
Obrigações por empréstimos e repasses	17	3.096.900	4.028.256
Carteira de câmbio	11	14.043.997	16.207.453
Relações interdependências		13.716	23.354
Negociação e intermediação de valores	8	24	163.877
Provisões		344.166	409.266
Fiscais e previdenciárias	12.b	8.851	60.729
Diversas	12.c	332.241	347.963
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.074	574
Passivo fiscal diferido	19.d	82.026	81.168
Patrimônio líquido		1.654.859	1.544.572
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital	25	3.559	3.925
Reserva de lucros		273	273
Outros resultados abrangentes			
Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda	18.e	(20.068)	(45.424)
Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa	18.f	495	1.028
Prejuízos acumulados		(1.286.329)	(1.372.159)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.654.859	1.544.572
Total do passivo e patrimônio líquido		20.769.322	23.378.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2022		2021
		2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		228.273	573.415	1.598.312
Operações de crédito		25.594	60.835	70.276
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		333.643	582.663	328.727
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(130.964)	(70.083)	1.199.309
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(44.093)	(332.251)	(1.406.180)
Operações de captações no mercado		(79.838)	(134.234)	(42.273)
Operações de empréstimos e repasses	17	22.911	454.365	(828.611)
Resultado de operações com câmbio		17.670	(648.803)	(549.361)
(Constituição)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(4.836)	(3.579)	14.065
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		184.180	241.164	192.132
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(103.845)	(153.612)	(127.500)
Receitas de prestação de serviços		10.764	64.800	80.139
Resultado de participações em controladas e coligada	14	(2.716)	(616)	(3.375)
Despesas de pessoal		(41.497)	(77.527)	(91.744)
Outras despesas administrativas	21	(28.556)	(53.717)	(56.546)
Despesas tributárias		(21.074)	(76.810)	(39.634)
Outras receitas operacionais	22	30.766	64.578	53.770
Outras despesas operacionais	23	(51.532)	(74.320)	(70.110)
RESULTADO OPERACIONAL		80.335	87.552	64.632
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		3	7	272
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		80.338	87.559	64.904
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(2.486)	(1.729)	(22.243)
Provisão para imposto de renda corrente		11.957	-	(32.422)
Provisão para contribuição social corrente		9.621	-	(27.084)
Imposto diferido		(24.064)	(1.729)	37.263
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		77.852	85.830	42.661
Lucro líquido por ação		76,55	84,40	41,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2022		2021
		2º semestre	Exercício	Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>77.852</u>	<u>85.830</u>	<u>42.661</u>
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		<u>19.802</u>	<u>24.823</u>	<u>(26.148)</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18 (e)	<u>20.319</u>	<u>25.356</u>	<u>(27.910)</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		<u>36.944</u>	<u>46.102</u>	<u>(50.745)</u>
Imposto de renda		<u>(16.625)</u>	<u>(20.746)</u>	<u>22.835</u>
Hedge de Fluxo de caixa	18 (f)	<u>(517)</u>	<u>(533)</u>	<u>1.762</u>
Hedge de Fluxo de caixa		<u>(941)</u>	<u>(970)</u>	<u>3.204</u>
Imposto de renda		<u>424</u>	<u>437</u>	<u>(1.442)</u>
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		<u>104</u>	<u>(366)</u>	<u>138</u>
Plano de Benefícios	25	<u>104</u>	<u>(366)</u>	<u>138</u>
Pagamento baseado em ações		<u>104</u>	<u>(366)</u>	<u>138</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>97.758</u>	<u>110.287</u>	<u>16.651</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.956.929	3.753	273	(18.248)	(1.414.820)	1.527.887
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	138	-	-	-	138
- Controladas		-	34	-	-	-	34
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	(26.148)	-	(26.148)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.661	42.661
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.956.929	3.925	273	(44.396)	(1.372.159)	1.544.572
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.956.929	3.925	273	(44.396)	(1.372.159)	1.544.572
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	(294)	-	-	-	(294)
- Controladas		-	(72)	-	-	-	(72)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	24.823	-	24.823
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	85.830	85.830
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.956.929	3.559	273	(19.573)	(1.286.329)	1.654.859
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		2.956.929	3.455	273	(39.375)	(1.364.181)	1.557.101
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	88	-	-	-	88
- Controladas		-	16	-	-	-	16
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	19.802	-	19.802
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	77.852	77.852
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.956.929	3.559	273	(19.573)	(1.286.329)	1.654.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022		2021
		2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do semestre/exercício		77.852	85.830	42.661
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		100.559	260.437	1.473.510
Depreciações e amortizações	21	703	1.350	1.310
Provisão (reversão) para outros créditos e créditos de liquidação duvidosa	10	4.836	3.579	(14.065)
Atualização de depósitos judiciais	22	(17.307)	(31.391)	(10.304)
Reversão de provisão para riscos	13 (ii)	25.077	24.979	(28.226)
Atualização de riscos	13 (ii)	7.075	13.065	6.459
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	22	(4.120)	(4.120)	(818)
Impostos diferidos	19	24.064	1.729	(37.263)
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		(87.164)	85.052	1.321.749
Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		36.661	(48.574)	(34.769)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos		88.128	189.623	292.072
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	18.e, 18.f	19.802	24.823	(26.148)
Atualização de plano de ações	25	88	(294)	138
Resultado de participação em controladas	14	2.716	616	3.375
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)		178.411	346.267	1.516.171
Variação de ativos e obrigações				
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		3.380.325	2.002.129	(1.716.801)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		(576.910)	(262.636)	1.549.475
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências		236.024	239.319	(140.835)
(Aumento) redução em operações de crédito		(9.725)	(20.522)	(1.827)
(Aumento) redução em outros créditos		119.732	410.736	810.120
Aumento (redução) em depósitos		10.699.081	1.606.778	(3.147.815)
Aumento (redução) em depósitos		161.468	506.172	(143.098)
Aumento (redução) no mercado aberto		3.391.693	2.263.212	(3.369.866)
Aumento (redução) em outras obrigações		(10.515.249)	(1.952.846)	3.613.026
Impostos pagos		(2.045)	(93.920)	(114.005)
Juros pagos/(recebidos) sobre operações		(28.131)	(51.485)	(79.165)
Aumento (redução) em Instrumentos financeiros derivativos		(95.613)	(642.679)	(692.811)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.558.736	2.348.396	(200.630)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado de uso		(835)	(1.443)	(218)
Alienação de imobilizado de uso		49	55	4
Dividendos recebidos de controlada		-	-	262
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento		(786)	(1.388)	48
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Outros financiamentos				
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		(854.085)	(393.067)	(3.107.304)
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento		(854.085)	(393.067)	(3.107.304)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO				
		2.703.865	1.953.941	(3.307.886)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO				
		680.976	2.111.876	4.738.786
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO				
	5	3.384.841	4.065.817	1.430.900
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa		3.366.917	4.039.837	1.388.359
Diferença cambial líquida		17.924	25.980	42.541
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O Banco é controlado pelo Société Générale companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das operações do Banco à empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A resolução BCB nº 2/2020 estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Essas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras em IFRS são divulgadas no sítio eletrônico do banco e enviados a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;

- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução BCB nº. 2/2020.
- n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019
- o) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924
- p) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 23 de fevereiro de 2023.

2.1 Resultado recorrente e não recorrente

Não houve resultado não recorrente contabilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No exercício que se encerrou no ano de 2021 o Banco reconheceu uma despesa não recorrente no valor de R\$ 14.071 referente a perda permanente (“impairment”) no resultado referente a debentures. Essas foram recebidas no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa esperado trazidos ao valor presente. Em 31 de dezembro de 2021, a administração do banco, baseado na situação econômica da empresa emissora das debentures, efetuou ajuste credor a valor complementar de mercado no patrimônio líquido de R\$ 15.638, reconhecendo o valor de mercado das debêntures a zero.

Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

2.2 Resumo do plano de implementação da resolução CMN nº 4.966 de instrumentos financeiros

O Banco divulga nessas demonstrações, de forma resumida, o plano de implementação da resolução CMN nº 4.966, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).

O plano para a implementação da regulamentação contábil foi aprovado pela diretoria do Banco do dia 06 de dezembro de 2022 e registrada em ata conforme requerimento.

O Banco definiu um cronograma macro com o planejamento da entrega dos itens requeridos na resolução a qual pode haver modificações em função de motivos diversos tais como a dependência de fornecedores externos e emissão de normas mais específicas.

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para adoção pela abordagem completa da PECLD, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Contabilidade de Hedge; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferindo o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica “Outras obrigações”.

f) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, são registradas ao valor de custo.

i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

j) Depreciações

Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%.

k) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até julho de 2022, considerando a alíquota de 20%. Para o período entre agosto e dezembro de 2022 a alíquota da contribuição foi calculada sob a alíquota de 21%, conforme lei nº 14.446, publicada em 02 de setembro de 2022.

p) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

q) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

s) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das opera es e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A  rea de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposi o não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e   alta administra o.

A avalia o de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos   realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolu o 4.557 que não fazem parte dessas “Demonstra es Financeiras” está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, que não faz parte dessas demonstra es financeiras.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

O Banco opta por ser conservador e compara a provisão calculada pela regulament o local da Resolu o 2.682 com a provisão por perda esperada (ECL-expected credit loss) calculada pelo grupo. Esta compara o   efetuada individualmente por cliente e a provisão   incrementada e igualada ao ECL se essa última maior. No exercício de 2022 houve uma reversão no valor de R\$ 424 e no exercício de 2021 houve uma reversão no valor de R\$ 2.469 no resultado.

II. Risco de mercado

  o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscila o de preços e taxas de mercado em fun o de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posi es detidas pelo Banco Société Générale (BSGB). São classificadas como fonte de risco de mercado as opera es sujeitas   varia o das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de a es e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as opera es existentes no BSGB são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as opera es vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

a.1) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manuten o das posi es" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentac o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimentac es que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensura o de risco como, por exemplo, das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

Abaixo o VaR da carteira de negocia o calculada.

Dezembro de 2022	-1.000
Dezembro de 2021	-1.745

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscila o de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida   internacionalmente conhecida, dentre outras denomina es, por DV01 (dollar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade"   aplicada considerando uma oscila o de 10 basis-point (isto  , 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em rela o aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplica o do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira)   comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

a.3) Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posi es em cenários extremos. O teste de estresse   uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econ micos que sejam desfavoráveis financeiramente às posi es da institui o.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

4.2 Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutua o nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situa o financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio   monitorado diariamente através da apura o da exposi o cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposi o a esse fator de risco através da atua o nos mercados de derivativos cambiais.

4.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa   o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo   o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutua es das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutua es, podendo resultar em perdas para a institui o. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquida o de direitos e obriga es, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das opera es.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”)   feita de forma contínua e integrada para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale, com as exigências da Basili a II, com a Resolu o CMN 4.557/17 e com a Governança descrita na Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil

A estrutura inclui também o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da institui o, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional   executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna, subordinada ao Diretor de Riscos.

O Banco identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basili a II (nota explicativa n  26); essa avalia o   revisada periodicamente e desencadeia planos de a o mitigantes a partir de um certo nível de exposi o; ii) análise sistemática de incidentes e perdas operacionais e manuten o do histórico; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) revisão dos controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a o corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de preven o   lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrup o (“compliance”); vi) gestão de crise e planos de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) treinamentos internos e campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as a o mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de aloca o de capital regulamentar, previsto no art. 1  da Circular n  3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular n  3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulga o das informa o consolidadas referentes   gestão de riscos (Relatório de Pilar 3), conforme requerido pela Resolu o BCB 54, de 16 de dezembro de 2020, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, se o Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstra o Financeiras.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria;

II - Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao comitê de gestão de capital, riscos de liquidez e mercado grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organização mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a resolução 4.557 do Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez. Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos ratios definido pelo Bacen durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	CGCRL&M Grupo SG & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	90.411	178.242
Aplicações no mercado aberto	3.026.535	1.161.792
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	90.830
Aplicações em moedas estrangeiras	267.895	-
Total	<u>3.384.841</u>	<u>1.430.864</u>

Estão representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer até 3				Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Aplicações no mercado aberto	3.633.275	-	-	-	3.633.275
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.342	200.306	62.869	14.757	290.274
Aplicações em moedas estrangeiras	267.895				267.895
Total	<u>3.913.512</u>	<u>200.306</u>	<u>62.869</u>	<u>14.757</u>	<u>4.191.444</u>

Em 31 de dezembro de 2021	A vencer até 3				Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Aplicações no mercado aberto	3.406.172	-	-	-	3.406.172
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.909	17.054	197.364	15.609	238.936
Aplicações em moedas estrangeiras	90.779	-	-	-	90.779
Total	<u>3.505.860</u>	<u>17.054</u>	<u>197.364</u>	<u>15.609</u>	<u>3.735.887</u>

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 por categoria:

	2022		2021	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	104.083	104.772	535.914	506.504
Títulos para negociação:	100.770	101.681	30.138	30.143
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	1.280	1.280
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.204	4.138	3.134	3.129
Notas do Tesouro Nacional - NTN	96.566	97.543	25.724	25.734
Títulos disponíveis para venda:	3.313	3.091	505.776	476.361
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.313	3.091	234.950	233.968
Debêntures	-	-	270.826	242.393
Vinculados à prestação de garantias:	794.916	757.788	651.654	598.481
Títulos para negociação:	8.988	8.125	494	494
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	494	494
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.988	8.125	-	-
Títulos disponíveis para venda:	785.928	749.663	651.160	597.987
Letras do Tesouro Nacional - LTN	744.654	708.389	614.539	561.366
Cotas de fundos de investimento	41.274	41.274	36.621	36.621
Total	898.999	862.560	1.187.568	1.104.985

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2022			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	747.967	711.480	(36.487)	16.419	(20.068)
Cotas de fundos de investimento	41.274	41.274	-	-	-
Total	789.241	752.754	(36.487)	16.419	(20.068)

Títulos disponíveis para venda		2021			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	849.489	795.334	(54.155)	24.369	(29.786)
Cotas de fundos de investimento	36.621	36.621	-	-	-
Debêntures	270.826	242.393	(28.433)	12.795	(15.638)
	1.156.936	1.074.348	(82.588)	37.164	(45.424)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. Até o fechamento deste exercício foi reconhecido uma perda permanente no resultado no valor de R\$ 147.585, sendo R\$ 133.514 no primeiro semestre de 2019 e R\$ 14.071 no segundo semestre de 2021. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa esperado trazidos ao valor presente. No exercício de 2022 o Banco vendeu a totalidade das debentures para partes independentes pelo valor de R\$ 8.000, reconhecendo no resultado R\$ 17.888 de prejuízo.

c) Composição por prazo de vencimento

	2022			2021		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	3.191	41.274	44.465	760	236.551	237.311
A vencer entre 3 e 12 meses	-	180.149	180.149	2.355	242.393	244.748
A vencer entre 1 e 3 anos	16.085	531.331	547.416	11.252	595.404	606.656
A vencer entre 3 e 5 anos	19.635	-	19.635	909	-	909
A vencer entre 5 e 15 anos	70.895	-	70.895	15.361	-	15.361
Total	<u>109.806</u>	<u>752.754</u>	<u>862.560</u>	<u>30.637</u>	<u>1.074.348</u>	<u>1.104.985</u>

d) Composição por emissor

	2022	2021
Títulos para negociação	<u>109.806</u>	<u>30.637</u>
Públicos	<u>109.806</u>	<u>30.637</u>
Governo Federal	109.806	30.637
Títulos disponíveis para venda	<u>752.754</u>	<u>1.074.348</u>
Públicos	<u>711.480</u>	<u>795.334</u>
Governo Federal	711.480	795.334
Privado	<u>41.274</u>	<u>279.014</u>
Cotas de fundos de investimento	41.274	36.621
Debêntures	-	242.393
Total	<u>862.560</u>	<u>1.104.985</u>

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas.

Demonstramos a seguir a relação dos swap's, NDF por indexador:

e.1) "Swap", NDF e Opções

Em 31 de dezembro de 2022

<u>Indexador</u>	<u>Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão</u>	<u>Curva - Diferencial a receber (pagar)</u>	<u>Mercado - Diferencial a receber (pagar)</u>
CDI x PRÉ	400.000	2.540	21.485
DÓLAR (NDF)	5.102.305	(155.369)	(107.047)
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	18.484	986	(28)
DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa)	33.885	1.003	(73)
EURO (NDF)	1.019.965	14.468	22.043
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	18.484	51	1.287
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	33.885	160	1.254
PRÉ (NDF)	6.321.215	11.146	(59.057)
PRÉ x CDI	1.997.399	(16.758)	9.944
PRÉ X EURO	939.813	168.020	163.605
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	257.816	7.513	2.426
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	540.440	62.908	60.773
RENMINBI HONG KONG (NDF)	3.314	(12)	76
Total	<u>16.687.005</u>	<u>96.656</u>	<u>116.688</u>

Em 31 de dezembro de 2021

<u>Indexador</u>	<u>Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão</u>	<u>Curva - Diferencial a receber (pagar)</u>	<u>Mercado - Diferencial a receber (pagar)</u>
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	264.164	(114.668)	(120.173)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	375.000	(47.031)	(49.826)
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	5.556	(2.344)	(2.356)
CDI x PRÉ	915.118	(153.720)	(151.427)
DÓLAR (NDF)	4.243.717	27.556	49.833
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	24.646	(1.234)	(180)
DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa)	45.180	(2.197)	(2)
EURO (NDF)	824.912	(9.490)	(3.106)
EURIBOR 3M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(119)	(3.155)
EURIBOR 6M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	24.646	(31)	(511)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	5.538	(46)	(70)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	45.180	(209)	(2.367)
PRÉ (NDF)	6.764.488	13.401	(23.741)
PRÉ x CDI	1.873.570	2.604	75.229
PRÉ x DÓLAR	7.658	(3.393)	(3.485)
PRÉ X EURO	760.852	(28.330)	(57.476)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	196.986	12.266	(2.213)
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	747.242	(23.491)	(44.510)
Total	<u>17.388.617</u>	<u>(330.476)</u>	<u>(339.536)</u>

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Operações a termo</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Valor dos contratos</u>
Compras a termo a receber	44.761	-
Obrigações por compra de termo a pagar	(44.823)	-
Total	<u>(62)</u>	<u>-</u>

Diferencial e prêmios a receber (pagar) - Swap, Ndf e Opções

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo registrado no ativo:	510.145	345.257
Saldo registrado no passivo:	(393.519)	(684.793)
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>116.626</u>	<u>(339.536)</u>

e.2) Mercado futuro

Mercadoria	2022		2021	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI	2.509.889	18.409	5.026.834	(103.227)
DI	6.956.447	(404)	8.640.255	(1.605)
Dólar	2.542.551	18.696	6.099.169	(28.162)
Wdo	716.032	(4.431)	1.567.331	(30.883)
Total	<u>12.724.919</u>	<u>32.270</u>	<u>21.333.589</u>	<u>(163.877)</u>

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 703.758 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 555.037 em 31 de dezembro de 2021).

Os contratos de “swap”, NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2022	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	391.812	824.620	1.704.678	1.319.097	-	4.240.207
Operações a Termo NDFs	6.447.293	4.719.140	1.017.775	262.590	-	12.446.798
Futuros	8.184.485	2.415.950	1.803.407	308.222	12.855	12.724.919
Operações a Termo	44.823	-	-	-	-	44.823
Total	<u>15.068.413</u>	<u>7.959.710</u>	<u>4.525.860</u>	<u>1.889.909</u>	<u>12.855</u>	<u>29.456.747</u>

Em 31 de dezembro de 2021	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	80.176	1.739.273	2.306.150	1.229.901	200.000	5.555.500
Operações a Termo NDFs	6.486.541	5.010.821	335.755	-	-	11.833.117
Futuros	15.886.079	2.878.002	2.289.352	122.173	157.983	21.333.589
Total	<u>22.452.796</u>	<u>9.628.096</u>	<u>4.931.257</u>	<u>1.352.074</u>	<u>357.983</u>	<u>38.722.206</u>

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os seguintes resultados:

	2022		2021	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
NDF	(76.042)	186.404	103.740	
Swap	117.633	659.852	27.118	
Mercado futuro	(172.555)	(916.339)	1.068.443	
Opções	-	-	8	
Total	(130.964)	(70.083)	1.199.309	

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa do Banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

“Hedge” fluxo de caixa	2022		2021	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(27.432)	-	(41.075)	-
DDI	24.919	(23.258)	38.248	(29.296)
DI	-	22.841		29.932
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		900		1.869
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa		(405)		(841)
Valor líquido de impostos (nota 18.f)		495		1.028

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	<u>299.779,4947942</u>	<u>299.779,4947942</u>
Saldo	<u>41.274</u>	<u>36.621</u>

8 NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	<u>32.270</u>	<u>-</u>
Total	<u>32.270</u>	<u>-</u>
Curto prazo	<u>32.270</u>	<u>-</u>
Passivo - Outras obrigações		
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	<u>-</u>	<u>163.877</u>
Outros	<u>24</u>	<u>-</u>
Total	<u>24</u>	<u>163.877</u>
Curto prazo	<u>24</u>	<u>163.877</u>

9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2022	2021
Empréstimos e títulos descontados	230.491	174.304
Financiamentos	35.137	153.477
Total das operações de crédito	<u>265.628</u>	<u>327.781</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	136.784	592.113
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	408	4.081
Outros créditos – títulos e créditos a receber	83.071	376.631
Total de outros créditos	<u>220.263</u>	<u>972.825</u>
Total do risco da carteira	<u><u>485.891</u></u>	<u><u>1.300.606</u></u>

b) Diversificação por atividade:

	2022	2021
Setor privado:		
Indústria	45.375	589.102
Comércio	384.976	585.675
Instituições financeiras	7.027	14.459
Pessoas físicas	284	120
Prestação de serviços	35.598	47.710
Outros serviços	12.631	63.540
Total	<u>485.891</u>	<u>1.300.606</u>

c) Vencimento:

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	887	0,18	11.066	0,85
A vencer até 3 meses	118.117	24,31	260.769	20,05
A vencer de 3 a 12 meses	71.873	14,79	620.339	47,70
A vencer de 1 a 3 anos	278.746	57,37	396.542	30,49
A vencer de 3 a 5 anos	16.268	3,35	11.890	0,91
Total	<u>485.891</u>	<u>100,00</u>	<u>1.300.606</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	2022		2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	213.585	43,96	227.512	17,49
10 seguintes maiores devedores	216.403	44,54	929.194	71,44
20 seguintes maiores devedores	37.870	7,79	91.534	7,04
50 seguintes maiores devedores	18.033	3,71	47.502	3,65
100 seguintes maiores devedores	-	-	4.864	0,37
Total	485.891	100,00	1.300.606	100,00

e) Nível de risco:

Nível	%	2022			2021		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	104.349	-	104.349	815.701	-	815.701
A	0,50%	70.025	-	70.025	170.473	-	170.473
B	1,00%	281.942	-	281.942	277.567	529	278.096
C	3,00%	21.521	207	21.728	25.030	-	25.030
D	10,00%	-	-	-	-	5.770	5.770
E	30,00%	-	-	-	769	1.580	2.349
F	50,00%	-	-	-	-	-	-
G	70,00%	5.356	-	5.356	-	-	-
H	100,00%	1.813	678	2.491	-	3.187	3.187
		485.006	885	485.891	1.289.540	11.066	1.300.606

f) Provisão por nível de risco:

Nível	%	2022		2021	
		Total	Provisão	Total	Provisão
AA	0,00%	104.349	-	815.701	-
A	0,50%	70.025	350	170.473	852
B	1,00%	281.942	2.820	278.096	2.781
C	3,00%	21.728	652	25.030	751
D	10,00%	-	-	5.770	577
E	30,00%	-	-	2.349	705
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	5.356	3.749	-	-
H	100,00%	2.491	2.491	3.187	3.187
Provisão mínima		485.891	10.063	1.300.606	8.853
Provisão adicional (*)			68		492
Total		485.891	10.131	1.300.606	9.345

(*) O valor de provisão adicional, é referente ao ajuste de perdas de crédito esperadas contabilizado seguindo instruções do BACEN. O Banco compara a provisão local (Resolução 2.682) calculada com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo para fins de atendimento a norma de IFRS. Esta comparação é efetuada individualmente por cliente e a provisão é incrementada e igualada ao IFRS se essa última for maior. Neste exercício houve uma reversão no valor de R\$ 424. (reversão de provisão de R\$ 2.469 em 2021).

10 PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2022	2021
Saldo inicial	8.853	20.449
Constituição (Reversão)	4.003	(11.596)
Baixas	(2.793)	-
Saldo final	10.063	8.853
Constituição (Reversão) Adicional IFRS 9	(424)	(2.469)
Curto prazo	1.244	5.587
Longo prazo	8.819	3.266
Total	10.063	8.853

A receita com reversão da PDD no período ocorreu devido à estabilização do cenário de pandemia da COVID19, com a melhora geral dos ratings da carteira de crédito e diminuição do estoque da carteira de crédito impactando o provisionamento para liquidação duvidosa.

11 CARTEIRA DE CÂMBIO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	7.163.162	8.728.220
Direitos sobre venda de câmbio	6.889.812	7.868.361
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	408	4.081
Total	<u>14.053.382</u>	<u>16.600.662</u>
Curto prazo	11.602.807	14.040.547
Longo prazo	<u>2.450.575</u>	<u>2.560.115</u>
Total	<u>14.053.382</u>	<u>16.600.662</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	7.044.406	8.365.346
Obrigações por compra de câmbio	7.136.375	8.434.220
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	<u>(136.784)</u>	<u>(592.113)</u>
Total	<u>14.043.997</u>	<u>16.207.453</u>
Curto prazo	11.521.443	13.569.821
Longo prazo	<u>2.522.554</u>	<u>2.637.632</u>
Total	<u>14.043.997</u>	<u>16.207.453</u>

12 OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2022	2021
Adiantamentos e antecipações salariais	455	321
Devedores por depósitos em garantia (*)	462.110	439.591
Impostos e contribuições a compensar	85.042	109.010
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 20)	77	65
Devedores diversos no exterior (**) ne. 20	8.977	12.313
Outros	1.348	1.112
Total	558.009	562.412
Curto prazo	10.857	145.839
Longo Prazo	547.152	416.573
	558.009	562.412

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 66.166 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 62.584 em 2021), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 156.485 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 147.112 em 2021), e Pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 43.842 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 40.614 em 2021). Em 02/10/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origens fiscais, trabalhistas e cíveis do Banco Cacique. O valor atualizado em 2022 é de R\$ 33.441 em 31 de dezembro (R\$ 33.204 em 2021). Em 01/12/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origem fiscal da CCTVM. O valor atualizado em 31 de dezembro 2022 é de R\$ 126.661 (R\$ 119.151 em 2021).

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 21).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2022	2021
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros (nota explicativa nº 19 a)	-	59.507
Impostos e contribuições a recolher	8.851	1.222
Total	8.851	60.729
Curto prazo	8.851	60.729
	8.851	60.729

c) Outras obrigações - diversas:

	2022	2021
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i)	251.496	211.608
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i)	24.927	29.159
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i)	4.898	26.138
Provisão com despesas de pessoal	22.291	25.727
Provisão para despesas de publicação	54	54
Provisão para pagamentos a fornecedores	3.996	2.498
Provisão para despesas de advogados	-	101
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 20 a)	22.962	46.917
Provisão para despesas de auditoria	368	-
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	693
Provisão para garantias prestadas (*)	63	42
Provisão reembolso despesas com Matriz	-	630
Fundo garantidor de crédito	-	20
Provisão adicional	68	492
Comissão de Indicação (Estruturação)	-	3.874
Outras	425	10
Total	<u>332.241</u>	<u>347.963</u>
Curto prazo	50.164	81.017
Longo Prazo	<u>282.077</u>	<u>266.946</u>
	<u>332.241</u>	<u>347.963</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2022 R\$ 565.950 (R\$ 486.350 em 31 de dezembro de 2021).

13 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c)	251.496	211.608
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	24.927	29.159
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	4.898	26.138
Total	<u>281.321</u>	<u>266.905</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2022

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	211.608	29.159	26.138	266.905
Constituição (nota explicativa nº 23)	27.705	-	-	27.705
Baixas	-	-	(9.375)	(9.375)
Reversão (nota explicativa nº 22)	-	(4.927)	(12.052)	(16.979)
Atualização (nota explicativa nº 23)	12.183	695	187	13.065
Saldo final	<u>251.496</u>	<u>24.927</u>	<u>4.898</u>	<u>281.321</u>

Devedores por depósitos em garantia	435.137	19.716	7.257	462.110
----------------------------------------	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro de 2021

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	208.323	54.151	26.198	288.672
Constituição (nota explicativa nº 23)	-	-	3.800	3.800
Reversão (nota explicativa nº 22)	(644)	(26.413)	(4.969)	(32.026)
Atualização (nota explicativa nº 23)	3.929	1.421	1.109	6.459
Saldo final	<u>211.608</u>	<u>29.159</u>	<u>26.138</u>	<u>266.905</u>

Devedores por depósitos em garantia	406.047	25.549	7.995	439.591
----------------------------------------	---------	--------	-------	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de dezembro de 2022

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	251.496	251.496	24.965	24.927	4.898	4.898
Perdas possíveis (b)	292.924	-	107.683	-	1.608	-
Perdas remotas	42.962	-	2.233	-	-	-
Total de provisões	<u>587.382</u>	<u>251.496</u>	<u>134.881</u>	<u>24.927</u>	<u>6.506</u>	<u>4.898</u>

Em 31 de dezembro de 2021

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	211.608	211.608	29.199	29.159	26.138	26.138
Perdas possíveis (b)	287.874	-	129.846	-	1.938	-
Perdas remotas	42.587	-	2.233	-	-	-
Total de provisões	<u>542.069</u>	<u>211.608</u>	<u>161.278</u>	<u>29.159</u>	<u>28.076</u>	<u>26.138</u>

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 941 (R\$ 911 em 2021).
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 140.402 (R\$ 132.430 em 2021);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$ 45.374 (R\$ 44.265 em 2021);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 8.993 (R\$ 8.775 em 2021)

- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 31 dezembro de 2022 é de R\$ 43.842 (R\$ 20.308 em 2021).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 43.842 (R\$ 40.614 em 2021);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 56.533 (R\$ 53.334 em 2021);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 139.816, (R\$ 129.486 em 2021);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017. Em novembro de 2022 foi proferida decisão final favorável, e por conseguinte, cancelando 100% da cobrança (R\$ 32.391 em 2021).
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra o Banco em 17 de outubro de 2022, pela glosa de operações de contratos futuros nas bases de IRPJ e CSLL referente ao ano de 2017 – em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 27.207.

Trabalhistas:

A classificação de risco e a mensuração das provisões dos processos trabalhistas do Banco levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que os classificam como remoto, possível ou provável e sua provisão segue as normas do CPC25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, norma essa recebida pelo Banco Central do Brasil. A provisão trabalhista corresponde aos processos, movidos por ex-funcionários que possuem classificação de risco provável. Os pedidos dos processos trabalhistas relacionam-se, entre outros, em horas extras a partir da 8ª hora e reflexos, hora extra face a supressão do intervalo intrajornada, adicional noturno, pagamento de bônus, vínculo empregatício, intervalo intrajornada e descaracterização de cargo de confiança.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo. Em função da diminuição do número de processos trabalhistas oriundos da incorporação do Banco Cacique, o banco revisou sua política de provisionamento em junho de 2020 e proveu alterações nas estimativas para maior acuracidade nos valores provisionados.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

14 INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

	SG Equipment Finance S.A.- Arrendamento Mercantil	
	2022	2021
Informações das controladas:		
Capital social	84.398	84.398
Ordinárias	1.537.587	1.537.587
Preferenciais	1.537.587	1.537.587
Participações - %	100	100
Patrimônio líquido	81.973	82.661
Prejuízo do período	(616)	(3.375)
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do exercício	82.661	136.001
Resultado de equivalência patrimonial	(616)	(3.375)
Plano de Pagamento Baseado em Ações nas Controladas	(72)	35
Redução de capital	-	(50.000)
Saldos no final do período	<u>81.973</u>	<u>82.661</u>

A controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil reduziu o seu capital no valor de R\$ 50.000 como parte da otimização do nível de capital para suas atividades. O valor foi repatriado para o Banco seu único controlador.

15 DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Sem vencimento	84.667	11.068	-	-	-	-	84.667	11.068
Até 3 meses	-	-	769	425	-	62.247	769	62.672
De 3 meses a 1 ano	-	-	500.119	57.605	1.477	-	501.596	57.605
De 1 a 3 anos	-	-	9.362	14.610	83.911	28.178	93.273	42.788
Total	84.667	11.068	510.250	72.640	85.388	90.425	680.305	174.133

16 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer até 3			Total
	meses	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Carteira de terceiros	400.203	-	-	400.203
Carteira de Livre Movimentação	-	6.509	53.098	59.607
Total	400.203	6.509	53.098	459.810

Em 31 de dezembro de 2021	A vencer até 3			Total
	meses	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Carteira de terceiros	55.016	-	-	55.016
Carteira de Livre Movimentação	6.289	-	-	6.289
Total	61.305	-	-	61.305

17 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2022			2021	
	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício	
	Patrimonial	Resultado	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:					
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	132.383	1.843	23.144	570.055	(41.542)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.717.163	8.161	340.593	2.845.816	(772.477)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	247.354	12.943	90.667	612.385	(14.582)
Subtotal	<u>3.096.900</u>	<u>22.947</u>	<u>454.404</u>	<u>4.028.256</u>	<u>(828.601)</u>
Repasse do País					
Obrigações por repasse no exterior (d)	-	(36)	(39)	-	(10)
Total	<u>3.096.900</u>	<u>22.911</u>	<u>454.365</u>	<u>4.028.256</u>	<u>(828.611)</u>
Curto prazo	3.080.623			3.747.950	
Longo Prazo	<u>16.277</u>			<u>280.306</u>	
	<u>3.096.900</u>			<u>4.028.256</u>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2023 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 4,96% ao ano (5,89% em 2021).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2022, sujeitos   varia o cambial e juros de até 5,62% ao ano em 2022 (5,19% ao ano em 2021).

(c) São representados por obriga es em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2025, sujeitos   varia o cambial e juros de até 6,57% ao ano em 2022 (6,57% ao ano em 31 de dezembro de 2021).

Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa n  7 e.3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marca o a mercado no Banco com ajuste favorável em R\$ 1.044 (favorável de R\$ 675 em 2021)

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2022	2021
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Conforme previsto no estatuto da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, ao Banco, único acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi provisionado no Banco dividendos a receber no montante de R\$ 262 e liquidados no exercício de 2021.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 26.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o exercício de 2021 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

e) Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2022		2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do período	(40.387)	(45.424)	(17.514)
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	36.944	46.102	(50.745)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	(16.625)	(20.746)	22.835
Saldo no final do exercício (nota explicativa 7b)	<u>(20.068)</u>	<u>(20.068)</u>	<u>(45.424)</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa

	2022		2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do período	1.012	1.028	(734)
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(941)	(970)	3.204
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	424	437	(1.442)
Saldo no final do semestre (nota explicativa 7 e.3)	<u>495</u>	<u>495</u>	<u>1.028</u>

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge, conforme descrito na nota explicativa n° 7.b - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - hedge.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	87.559	64.904	87.559	64.904
Alíquota vigente	25%	25%	21% (*)	25% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(21.890)	(16.226)	(18.387)	(16.226)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(154)	(843)	(129)	(843)
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(8.097)	(5.239)	(6.802)	(5.239)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(1.332)	(2.304)	(1.119)	(2.304)
-Incentivo fiscal	(17)	(216)	(14)	(216)
-Outras despesas não dedutíveis	(2.313)	89	(1.942)	(830)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(3.604)	5.443	(3.027)	5.443
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(6.563)	(6.936)	(5.512)	(6.936)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	43	(37)	36	(37)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(619)	2.899	(521)	2.899
-Provisão para publicação de balanço		15		15
-Provisão para Transfer Price Agreements	5.302	(6.718)	4.453	(6.718)
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	7.281	2.384	6.117	2.384
-Provisão Impairment de Ativo	36.896	(3.518)	30.993	(3.518)
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	854	(1.735)	718	(1.735)
-Honorários advocatícios	26	-	21	-
-Provisão Garantias	100	643	85	643
-Outras diferenças temporárias	66	(123)	55	(123)
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	(5.979)	-	(4.783)	-
Efeito majoração de alíquota da CSLL para 25% (*) entre julho a dezembro 2021 e 21% entre agosto a dezembro 2022			(242)	6.257
Despesa de imposto de renda e contribuição social exercício	-	(32.422)	-	(27.084)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(1.070)	20.702	(659)	16.561
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.070)</u>	<u>(11.720)</u>	<u>(659)</u>	<u>(10.523)</u>

(*) Em julho de 2021 entrou em vigor dispositivo da lei nº 14.1483, que majorou temporariamente a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) dos bancos de 20% para 25% até 31 de dezembro de 2021. Em agosto de 2022 entrou em vigor dispositivo da lei 14.446, majorando temporariamente a alíquota da CSLL dos bancos de 20% para 21% até 31 de dezembro de 2022.

O Banco apurou prejuízo fiscais e base negativa de CSLL em 31 de dezembro de 2022, no total de R\$ 23.916, possuindo também diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 339.079 (R\$ 495.329 em 2021), sobre as quais, apenas sobre a parcela de R\$ 63.494, contabilizou em 31 dezembro de 2022 (R\$ 64.460 em 2021) imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 28.572 (R\$ 29.007 em 2021) em observação a norma BACEN publicada em 30 de julho de 2020 (Resolução CMN Nº 4.842), especificamente para cumprimento aos arts. 3º e 4º. Para a parcela restante, que monta R\$ 299.501 (R\$ 430.869 em 2021), não reconheceu contabilmente ativo fiscal diferido em R\$ 134.775 (R\$ 193.891 em 2021) por não ter atingido a todos os critérios, em referência à Resolução nº 4.842/2020 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	23.916	-
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	39.579	64.460
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	36.487	82.589
Total	99.982	147.049
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Ativo fiscal constituído	24.996	36.762
Ativo - Contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa	23.916	-
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	39.579	64.460
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	36.487	82.589
Total	99.982	147.049
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Ativo fiscal constituído	19.996	29.410
Total ativo fiscal constituído (Imposto de renda e contribuição social)	44.992	66.172

c) Movimentação dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e ajustes contra o patrimônio líquido:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	66.172	17.355
Constituições / (realizações) Dif. Temp.	(434)	29.007
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	<u>(20.746)</u>	<u>19.810</u>
Saldo final	<u><u>44.992</u></u>	<u><u>66.172</u></u>

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	81.168	91.008
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(436)	(12.474)
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- disponível para venda	(11.813)	(2.424)
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	-	842
Receitas com atualização de depósitos judiciais	<u>13.107</u>	<u>4.216</u>
Saldo final (*)	<u><u>82.026</u></u>	<u><u>81.168</u></u>

e) Projeção de realização e valor presente dos ativos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

<u>Valor contábil</u>		
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>		
<u>sobre ativos fiscais diferidos</u>		
<u>Ano</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2022	-	53.377
2023	44.992	-
2040	-	12.795
Total	<u><u>44.992</u></u>	<u><u>66.172</u></u>

O valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 39.749 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 49.542 em 2021).

20 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2022	2021	2022	2021
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	116.100	86.602	5.347	6.647
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	75	63	445	405
Depósitos à vista	(711)	(22)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(85.388)	(90.425)	(5.295)	(4.891)
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira	156.551	-	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	44.507	107.202	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(355.062)	(1.140.869)	(2.275)	(5.226)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	111.344	-	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	35.837	62.771	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	8.977	12.313	55.272	69.712
Credores diversos no exterior (**)	(22.962)	(46.917)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(2.717.163)	(2.845.816)	(34.396)	(9.194)
Obrigações por empréstimos do exterior	(27.431)	(41.074)	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	6	11
Depósitos à vista	(8)	(17)	-	-
Depósitos a prazo	(3.237)	(2.859)	(202)	(86)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(58.226)	(655)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	223.576	(112.639)	163.745	(27.604)
Pascal FIM investimento no exterior				
Instrumentos financeiros derivativos	38.239	94.205	(51.353)	(3.581)
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Instrumentos financeiros derivativos	(2.540)	6.104	(12.260)	(33.444)
Resumo por conta:				
Aplicações em moeda estrangeira	267.895	-	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	80.344	169.973	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	116.100	86.602	5.347	6.647
Depósitos à vista	(58.945)	(694)	-	-
Depósitos a prazo	(3.237)	(2.859)	(202)	(86)
Depósitos interfinanceiros	(85.388)	(90.425)	(5.295)	(4.891)
Devedores diversos no exterior (*)	8.977	12.313	55.272	69.712
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	77	65	451	416
Obrigações em moeda estrangeira	(2.717.163)	(2.845.816)	(34.396)	(9.194)
Credores diversos no exterior (**)	(22.962)	(46.917)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(382.493)	(1.181.943)	(2.275)	(5.226)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	223.576	(112.639)	163.745	(27.604)
Instrumentos financeiros derivativos	35.699	100.309	(63.613)	(37.025)

(*) Nota explicativa nº 12 a

(**) Nota explicativa nº 12 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Proventos	9.557	8.063
Contribuição ao INSS	2.293	2.005
Total	<u>11.850</u>	<u>10.068</u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>

21 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de serviços técnicos especializados	9.719	17.329	12.283
Despesas de processamento de dados	3.746	8.248	7.371
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.820	9.550	11.450
Despesas de aluguéis	2.023	3.699	3.528
Despesas de serviços de terceiros	863	1.763	1.873
Despesas de comunicações	534	1.062	1.056
Despesas de contribuições filantrópicas	450	901	1.732
Despesas de depreciação e amortização	703	1.350	1.310
Despesas com custas judiciais	809	1.542	9.203
Despesas com consultoria jurídica	2.211	3.759	3.137
Outras desp adm	2.678	4.514	3.603
Total	<u>28.556</u>	<u>53.717</u>	<u>56.546</u>

22 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de despesas da matriz	5.879	5.879	5.634
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	-	-	644
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	1.929	4.927	26.413
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	601	12.052	4.969
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	4.120	4.504	818
Atualização de depósitos judiciais	17.307	31.391	10.304
Outras rec operacionais	930	5.825	4.988
Total	<u>30.766</u>	<u>64.578</u>	<u>53.770</u>

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisão de despesas com a matriz	651	16.794	55.668
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	27.607	27.705	-
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	6.880	12.183	3.929
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	135	695	1.421
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	-	-	3.800
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	60	187	1.109
Variação cambial	16.195	16.236	2.854
Outras	4	520	1.329
Total	<u>51.532</u>	<u>74.320</u>	<u>70.110</u>

24 LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basiléia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual	
		(Basileia II)	
		2022	2021
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.626.269	1.515.518
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	348.554	332.651
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	29.324	48.945
Valor da margem		<u>1.248.391</u>	<u>1.133.922</u>

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2022		2021	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	193.745	12%	243.333	16%
RWACAM	75.200	5%	21.043	1%
RWAJUR1	16.800	1%	6.558	0%
RWAJUR2	11.670	1%	18.752	1%
RWAJUR3	1.931	0%	507	0%
PACS	-	0%	-	0%
RWAOPAD	49.208	3%	42.456	3%

• Extrapolação

	2022	2021
Índice alcançado	37,33%	36,45%

25 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e movimentaa o em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2022	2021
Plano de a�es livres	3.925	3.925
Plano de a�es diferidas	(366)	-
Total	<u>3.559</u>	<u>3.925</u>
Saldo no in�cio do semestre	3.925	3.753
Constitui�o	-	172
Revers�o	(366)	-
Saldo no fim do semestre	<u>3.559</u>	<u>3.925</u>

26 OUTRAS INFORMAÇÕES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$1.165 (R\$ 935 em 2021) e pelos funcionários R\$ 1.356 (R\$ 1.264 em 2021).

27 RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido	77.852	42.661
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação:		
Quantidade média de ações		
Ordinárias	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474
Lucro por ação em R\$ (reais)		
Ordinárias	76,55	41,95
Preferenciais	76,55	41,95
Lucro atribuído por classe de ação		
Ordinárias	38.926	21.331
Preferenciais	38.926	21.331

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale S.A. (Comitê),  rg o estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 e hoje atende   Resolu o CMN n  4.910 de 2021. O Comitê de Auditoria   órgão estatutário e se reporta diretamente   Diretoria Executiva. Compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribui es relacionadas ao:

- Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elabora o das demonstra es financeiras da Sociedade e de suas controladas;
- Na indica o e avalia o da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomenda es de melhorias nos controles internos;
- Avalia o da efetividade dos controles internos.

O Comitê reuniu-se formalmente 2 vezes incluindo a reunião para aprecia o das demonstra es financeiras relativas ao período encerrado em dezembro/22, até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 31/12/2022, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das institui es que compõe o Conglomerado, bem como consultores e auditores externos. Dentre as atividades do período destacam-se:

- Acompanhamento do plano de auditoria externa e das demonstra es financeiras de dezembro/22;
- Acompanhamento e aprova o do plano de auditoria interna;
- Avalia o da efetividade das auditorias interna e externa;
- Avalia o dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria sobre a adequa o da estrutura e da atividade de ouvidoria;
- Avalia o da efetividade dos sistemas de controles internos do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Res. BCB 130/21;
- Avalia o da qualidade das demonstra es contábeis do período;
- Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos.

Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprova o das demonstra es financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao segundo semestre de 2022.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.